

TBR, Marcelo Iorio, GLO, Copa Ocaso, SER, Jovana Figueiredo

JANAÍNA FIGUEIREDO



Milei força Lula a repensar alianças

A eleição de Javier Milei na Argentina no ano passado obrigou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a repensar suas alianças para tentar impulsionar a integração entre os países da região. Se no ano passado o Palácio do Planalto não se entusiasmou muito com o convite do governo colombiano para uma visita de Estado a Bogotá, a Colômbia acaba de entrar

para a agenda de viagens presidenciais de 2024, em abril. O Brasil será o país homenageado na Feira do Livro de Bogotá, e Lula aproveitará para ter um encontro com Gustavo Petro.

Em maio, o presidente brasileiro irá a Santiago, no Chile, onde será recebido por Gabriel Boric. No ano passado, o Palácio de la Moneda fez de tudo para que Lula participasse dos atos pelos 50 anos do golpe contra Salvador Allende, mas o governo brasileiro não conseguiu conciliar agendas. Hoje, com a Argentina nas mãos da extrema direita, Colômbia e Chile ganharam um peso que não tinham na política externa. Os três poderiam formar um triângulo quase perfeito, se não fosse pelas diferenças entre Lula e Boric sobre a Venezuela de Nicolás Maduro.

O desejo de Lula de relançar a Unasul deverá ser substituído por um muito menos ambicioso: evitar que o chamado Consenso de Brasília, selado em maio passado numa reunião da qual participaram todos os presidentes da América do Sul, incluindo Maduro, não morra antes de completar um ano de vida. Após vários meses, o Consenso de Brasília está agora sob o comando do Chile. Em Santiago, funcionários do gover-

no se perguntam se será possível organizar uma cúpula da qual participem os presidentes da Venezuela e da Argentina. Consultadas sobre assunto, fontes do governo brasileiro fazem cara de paisagem. A verdade é que ninguém sabe como essa nova equação regional vai se resolver.

Milei é visto pelo Brasil como um obstáculo para a integração. O chefe de Estado argentino chamou recentemente Petro de "comunista assassino", o que levou a Colômbia a retirar seu embaixador de Buenos Aires. Mas não é a única pedra no sapato do Consenso de Brasília, e da política regional de Lula. Existe outra, enorme, chamada Maduro. Os recentes acontecimentos na Venezuela, com destaque para a decisão do Tribunal Supremo de Justiça de inabilitar por 15 anos a líder opositora María Corina Machado causam preocupação na região. Os governos do Equador, Paraguai, Chile, Uruguai e Argentina aderiram à causa da

oposição venezuelana, ao contrário de Brasil e Colômbia, que permanecem em silêncio. Muitos duvidam que Maduro aceite realizar eleições presidenciais livres e democráticas, em um momento em que o governo venezuelano aprofunda a perseguição a seus opositores.

O que o Brasil fará se Maduro não cumprir sua palavra, e principalmente, o chamado acordo de Barbados, selado em novembro? Os EUA avisaram que a possibilidade de aprovar novas sanções é grande, e defendem o apoio à candidatura de María Corina, que venceu com 92% as primárias opositoras. No Palácio do Planalto, seu nome é tabu. Não se fala, e quando se pergunta a resposta é contundente: o Brasil não vai se alinhar a quem pede publicamente qualquer opositora possa disputar a eleição.

Com este pano de fundo, o triângulo entre Brasil, Colômbia e Chile surge naturalmente como uma das poucas opções de Lula para continuar articulando com seus vizinhos. A integração regional, pilar da política externa dos dois primeiros governos e do atual, está em risco e ficará ainda mais no hipotético cenário de vitória de Donald Trump nos EUA.

Cresce repressão russa a dissidentes no exterior

Pressão de Moscou sobre outros países para deportar russos contrários à guerra na Ucrânia aumenta; nova lei aprovada pela Duma esta semana permitirá ao Kremlin confiscar a propriedade de cidadãos que vivem fora do país

ANTON TROIANOVSKI

Do New York Times

europeu

No começo desta semana, em Bangoc, membros de um grupo de rock russo anti-guerra lutavam contra a deportação forçada para a Rússia, detidos em uma cela de imigração apertada, quente e com 80 pessoas. Enquanto isso, em Moscou, a Duma (a Câmara baixa do Parlamento) aprovava uma lei que permitiria ao governo russo confiscar a propriedade de russos que vivem no exterior e que, nas palavras do presidente da Casa, Vyacheslav Volodin, "mancham nosso país".

SHOWS CANCELADOS

Os dois acontecimentos, embora a milhares de quilômetros de distância, refletem o mesmo cálculo sombrio do Kremlin: usando uma nova legislação e exercendo pressão diplomática sobre outros países, o governo russo vem apertando o cerco à dispersa diáspora anti-guerra.

— A Rússia histórica se levantou — disse o presidente russo, Vladimir Putin, em reunião com apoiadores de campanha, repetindo a afirmação de que chegou a hora de limpar a sociedade russa de elementos pró-ocidentais. — Toda essa escória que está sempre presente em qualquer sociedade está sendo lentamente eliminada.

Segundo a nova lei, qualquer russo, mesmo exilado,



Retaliação: Bandas de rock Bi-2 em show em Dubai: todos os sete membros foram presos na Tailândia e deportados para Israel após críticas à guerra

que seja considerado envolvido em "crimes contra a segurança nacional" — incluindo criticar a invasão da Ucrânia — poderá ter suas bens confiscados. Espera-se que Putin assine a lei, embora ainda não esteja claro de que maneira o Kremlin planeja usá-la.

Mas sua rápida aprovação — ela passou unanimemente pela Duma — é outro sinal de que o governo russo, após reprimir a dissidência em casa, está cada vez mais voltando sua atenção para as críticas vindas do exterior. Centenas de milha-

res de russos fugiram do país depois que a guerra começou, em fevereiro de 2022, incluindo celebridades que ainda alcançam seus fãs dentro do país por meio de plataformas como o YouTube, que continua acessível na Rússia.

Entre os primeiros a sentir essa pressão crescente estão artistas populares que atraíram grandes plateias em lugares famosos entre os emigrantes, como Dubai e os países do Sudeste Asiático. Nas últimas semanas, celebridades anti-guerra russas

acusaram alguns países de cederem à pressão de Moscou para cancelar seus shows. O rapper Alisher Morgenshtern se viu proibido de entrar novamente nos Emirados Árabes Unidos, seu lar adotivo, e o comediante Maksim Galkin disse que autoridades indonésias o barraram na fronteira a pedido do governo russo.

O caso mais dramático ocorreu após membros do grupo de rock Bi-2, da Bielorrússia — e uma das bandas mais populares na Rússia — terem sido presos na Tailândia na semana

passada, acusados de violar a imigração.

Seus apoiadores afirmam que funcionários russos passaram dias pressionando a Tailândia para deportar alguns dos integrantes da banda para a Rússia, onde os músicos poderiam enfrentar acusações por criticar a guerra.

Na quarta-feira, os roqueiros escaparam graças à intervenção de diplomatas israelenses e australianos, que organizaram a deportação de todos os sete membros do grupo para Israel, segundo o

advogado do Bi-2, que pediu anonimamente. Quatro deles são cidadãos israelenses, e um é australiano.

Analistas e defensores dos direitos humanos consideram o caso uma demonstração contundente dos esforços cada vez mais agressivos do Kremlin para punir os russos que criticam Putin no exterior — especialmente quando o fazem em países não ocidentais interessados em manter boas relações com Moscou.

'NOJO DE REPUGNÂNCIA'

Nos últimos anos o grupo vinha se misturando à elite russa em eventos de destaque — eles se apresentaram, por exemplo, na conferência econômica anual de Putin em São Petersburgo, em 2019. Mas no ano passado, o vocalista do Bi-2, Igor Bortnik, escreveu que a Rússia de Putin evocava "apenas nojo e repugnância".

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia negou interferência no caso do Bi-2 na Tailândia, mas se referiu aos membros da banda logo após sua detenção como "patrocinadores do terrorismo". Um parlamentar russo, Andrei Lugovoi, disse que aguarda a deportação "de braços abertos". — Logo estarei tocando e cantando com colheres e pratos de metal, dançando sapateado na frente de seus companheiros de cela — disse Lugovoi, que já foi acusado pelo Reino Unido em 2007 de envolver um crítico de Putin em Londres.

Protestos de agricultores se espalham pela Europa

Na França, sindicatos pedem suspensão dos bloqueios, mas tratores ocuparam ruas de Bruxelas antes de cúpula da UE

PRIMA DE BRUXELAS

Os principais sindicatos agrícolas da França pediram, ontem, a suspensão dos bloqueios no país, em resposta aos anúncios do governo para acabar com duas semanas de protestos que agravares espalharam para outros países da União Europeia (UE). A tensão entre os agricultores, no entanto, não diminuiu em outros locais: na Espanha, os sindicatos mais importantes decidiram que voltariam às ruas para

exigir um plano de ação, enquanto tratores ocuparam as ruas de Bruxelas, horas antes de uma cúpula do bloco.

— Diante de tudo o que foi anunciado, apelamos às nossas redes para suspenderem os bloqueios e empreenderem uma nova forma de mobilização — declararam em coletiva de imprensa conjunta os dirigentes da Federação Nacional dos Sindicatos dos Agricultores da França, Arnaud Rousseau, e da Jovens Agricultores, Arnaud Guillet.

Horas depois, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que o bloco trabalhará em uma "proposta para reduzir os encargos administrativos" dos agricultores previstos na Política Agrícola Comum. O objetivo é concluir a pauta para apresentação no próximo encontro dos ministros europeus da Agricultura, que ocorrerá em 26 de fevereiro, em Bruxelas.

Nas manifestações ocorridas nas últimas semanas, foram utilizados argumentos di-

ferentes, embora todos concordem que há uma ira contra a "incoerência das políticas europeias". Um dos principais pontos de tensão é o acordo que o bloco europeu e Mercosul negociam há quase 20 anos e que, segundo os agricultores europeus, prejudicaria diretamente o setor em todo o continente.

Na França, maior produtor agrícola da UE, os agricultores estão mobilizados há duas semanas contra o aumento de custos de produção, re-

gulações impostas por Bruxelas e o que chamam de "concorrência desleal" do exterior. Eles exigem preços mais justos para os produtos, a continuação dos subsídios para o diesel agrícola (usado em tratores e outros veículos) e ajuda financeira para agricultores orgânicos.

Ontem, o ministro da Economia francês, Bruno Le Maire, destacou a disposição de Paris em travar uma "batalha" com a Comissão Europeia contra a assinatura

do acordo na forma atual. Já o presidente francês, Emmanuel Macron, comemorou que o acordo "não tenha sido lechado às pressas".

TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL

A agricultura, área mais subsidiada da UE, passará por mudanças profundas à medida que o bloco acelera a transição para uma economia sustentável e a competição global se intensifica.

O setor é crucial para a meta do Pacto Verde de zerar as emissões de gases de efeito estufa até meados do século, o que exigirá ações como mais agricultura orgânica, melhorias no bem-estar animal e a precificação de carbono.